

VOTO Nº 60/XIII/1.^a

VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM AS AUTORIDADES EUROPEIAS E
NACIONAIS NA GESTÃO DA CRISE MIGRATÓRIA

Vivemos na Europa, e em especial na sua vizinhança sul, um momento de importantes desafios. A Europa defronta-se com a maior crise migratória deste século, que põe à prova a unidade do projecto europeu, a solidez dos seus valores civilizacionais e a sua credibilidade internacional.

Semana após semana, a realidade parece continuar a superar a capacidade de resposta europeia. Assistimos a uma calamidade humanitária nas águas do Mediterrâneo. Não é aceitável que estes fluxos migratórios sejam, essencialmente, organizados e controlados por contrabandistas e traficantes, que se aproveitam, cruelmente, do desespero de muitos e da fragilidade das políticas de coordenação no plano migratório entre países de origem e países de destino, abrindo o caminho para o tráfico de seres humanos, a todos os títulos repulsivo.

A magnitude destes recentes fluxos reclama uma solução europeia que estanque esta crise migratória e amortecça os seus brutais impactos. A Europa deve ser mais clara e efetiva a tomar a vanguarda da gestão da sua fronteira externa.

É justo, contudo, reconhecer a disponibilidade que a UE manifestou ao dinamizar a sua Política de Vizinhança, e em particular a sua relação de parceria com a Turquia. Sinal disso foi o acordo alcançado, no último Conselho Europeu, pelos 28 Estados-membros, incluindo o Governo português, liderado pelo PS e suportado pelo PCP, BE e PEV, quanto ao financiamento do mecanismo europeu de apoio aos refugiados a favor da Turquia, em conformidade com o direito internacional e o respeito pelos direitos humanos.

Reconhecer, porém, essa relação de parceria não significa aceitar uma relação de dependência. A Europa não pode aguardar que países terceiros resolvam os seus problemas com toda a urgência e a qualquer preço, como não pode deixar de apoiar os países mais pressionados pelos fluxos migratórios, como a Grécia ou a Itália.

Como portugueses e europeus, estamos solidários e preocupados não só com a difícil situação vivida por todos aqueles que, fugindo à guerra e à miséria e enfrentando a angústia da incerteza sobre o seu futuro, arriscam as suas vidas na esperança de chegar à Europa, mas também com os povos e autoridades daqueles países, que estão na linha da frente de apoio aos refugiados.

O CDS-PP, com a legitimidade de ter sido solidário com a posição portuguesa, expressa pelo voto de congratulação, apresentado pelo Partido Socialista, “pela posição do Governo português na questão dos refugiados” (n.º46/XII/1.ª), considera que importa que todos assumam as suas responsabilidades, nomeadamente na condução da política externa, que é, à luz do artigo 182.º da Constituição da República Portuguesa, uma competência exclusiva do Governo, liderado pelo PS, e suportado pelo BE, PCP e PEV, a Assembleia da República expressa o seu desejo de uma solidariedade e responsabilidade europeias na gestão e resolução desta situação, ajustado aos desafios que se impõem a uma Europa que deve ser mais política, coesa e estruturada, e honrando o humanismo cristão e laico que perfazem os valores da Europa.

Assembleia da República, 7 de abril de 2016,

Os Deputados,